

RESENHA

Nadja Regina Sousa Magalhães¹

VAZ, Livia Sant'Anna. **Cotas Raciais**. 1. ed. São Paulo: Jandaíra, 2022. Coleção Feminismo Plurais.

A obra *Cotas Raciais* apresenta uma análise sobre como a sociedade brasileira convive, desde sua formação cultural, política e histórica, com profundas desigualdades raciais estruturais, que se manifestam especialmente nos campos da educação, do trabalho e do acesso a espaços de poder. Com base nesse contexto, a promotora de justiça Livia Sant'Anna Vaz, no livro *Cotas Raciais*, da Coleção *Feminismos Plurais*, propõe uma reflexão crítica sobre o papel das ações afirmativas no Brasil contemporâneo, sobretudo das cotas raciais. A autora alia sua experiência como jurista negra e intelectual a uma análise consistente do racismo institucional, traçando um panorama histórico, jurídico e político da implementação das cotas no país. A obra está dividida em três capítulos, que articulam passado, presente e futuro das ações afirmativas no Brasil.

Na apresentação, a autora destaca o motivo de escrever o livro: um momento traumático vivido durante uma entrevista sobre cotas raciais, em que os demais debatedores apresentavam concepções que tratavam o tema como uma forma de privilégio. Segundo a autora, a entrevista, realizada em 2017, ainda ressoa de forma impactante para a comunidade negra de Salvador e, especialmente, contribui para a reflexão sobre o tema no Brasil.

A publicação da obra ocorreu em um ano marcado por um período pandêmico, em meio a discussões sobre questões econômicas e políticas entrelaçadas a ideias racistas e práticas ultraconservadoras – ideologias que atacaram diretamente as políticas afirmativas voltadas aos sujeitos mais vulneráveis.

Em *Cota não é Esmola! Cotas Raciais como medidas de reparação Histórica*, primeiro capítulo da obra, a autora demonstra que o acesso à educação formal no Brasil sempre foi um

¹ Doutora em Educação (UFPEL). Docente de Educação Especial no Instituto Federal de Santa Catarina - campus Canoinhas. E-mail: nadjamagalhaes78@gmail.com.

privilégio reservado às elites brancas. Mesmo após a abolição da escravatura, em 1888, não houve qualquer política de integração da população negra à cidadania plena; pelo contrário, houve um projeto de branqueamento da sociedade que excluiu os negros dos direitos sociais básicos, como educação e saúde.

A autora argumenta que a chamada “meritocracia” é um dos maiores mitos do discurso liberal brasileiro. Ao exigir desempenho igual de grupos historicamente desiguais, a meritocracia opera como um instrumento de exclusão, já que ignora os fatores estruturais que limitam o acesso da população negra à educação de qualidade. A autora questiona: como falar em igualdade de oportunidades se partimos de pontos de largada tão distintos?

O capítulo também discute como o racismo se manifesta de forma institucional, ou seja, por meio de normas, práticas e tradições aparentemente neutras, mas que perpetuam desigualdades raciais. Essa discussão fundamenta a necessidade de políticas de ação afirmativa como forma de reparação histórica e justiça distributiva. Defende que as cotas raciais não são um privilégio, mas uma medida compensatória que busca corrigir distorções estruturais e garantir diversidade em espaços antes inacessíveis à população negra.

Portanto, as cotas para estudantes nas universidades representam pequenas reparações históricas, culturalmente esquecidas ao longo do tempo. Historicamente, a comunidade negra sempre teve seus direitos negligenciados, inclusive no que se refere à educação. Embora a Constituição do Império do Brasil, no século XIX, garantisse o direito à educação para todos os cidadãos, os negros não eram considerados cidadãos, nem mesmo seres humanos plenos. Durante o período da escravidão, pessoas negras eram proibidas, por lei, de serem alfabetizadas ou matriculadas em escolas. Em alguns lugares, até podiam frequentar ambientes escolares, mas apenas para aprender afazeres domésticos, sem matrícula oficial. Os professores eram coagidos a não alfabetizar essas pessoas, sob ameaça de perderem sua remuneração. O contexto apresentado nos mostra que, mesmo com tantas barreiras, a população negra demonstrava grande potencial, e alguns ainda conseguiram se alfabetizar.

Contudo, muitos movimentos surgiram em defesa dos direitos das pessoas negras, pois, mesmo após a libertação dos escravizados em 1888, ainda houve grande resistência à inserção dessa população na sociedade. Um desses movimentos foi a Frente Negra Brasileira (FNB), criada em 1931, com o objetivo de unir a população negra e instrumentalizá-la por meio

da educação.

A partir da década de 1970, com o surgimento do Movimento Negro Unificado, houve diversas conquistas, como a promulgação da Lei nº 10.639/2003, que incluiu no currículo oficial das redes de ensino a temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, bem como a implementação das cotas raciais, já mencionadas pela autora como forma de reparação à comunidade negra.

Embora muitos sejam levados a acreditar que a comunidade negra conquistou plenamente seus direitos, o texto retoma o mito da meritocracia, um paradigma construído com base na ideia de igualdade para todos, no qual as conquistas seriam frutos apenas de méritos individuais, e não das condições herdadas ao longo da história.

A meritocracia é desmascarada por diversos pontos, sendo o primeiro deles a falsa premissa de que um indivíduo possa conquistar, sozinho, sua ascensão social. Se isso fosse verdade, existiria uma mobilidade social significativa no país. No entanto, dados comprovam que essa mobilidade é extremamente limitada. No Brasil, pode-se levar, em média, nove gerações para que uma pessoa consiga mudar de classe social. Ou seja, as posições e as recompensas sociais não dependem apenas do esforço individual, mas da forma como a hegemonia dominante determina os espaços de poder na hierarquia social.

Outro obstáculo à ideia de uma sociedade meritocrática é o fato de a etnia ser um fator determinante na desigualdade. Estatísticas mencionadas no livro mostram que pessoas negras apresentam maiores taxas de desemprego, maior índice de analfabetismo e recebem salários inferiores. Sendo assim, como se pode defender que o indivíduo é o único responsável por seu sucesso ou fracasso se os direitos e oportunidades não são iguais para todos?

Portanto, é evidente a necessidade de revisão dos princípios da meritocracia, pois não se pode ignorar o contexto histórico de opressão e privilégios desiguais entre os grupos sociais. Atribuir exclusivamente ao mérito individual a posição social de uma pessoa é uma forma de perpetuar as desigualdades. Temos uma dívida histórica com a população negra, e conquistas como as cotas raciais representam pequenas, mas fundamentais, reparações históricas: ações afirmativas caminham em direção a uma sociedade mais justa e igualitária.

As cotas raciais no Brasil: um pequeno (porém firme) passo rumo ao nosso sonho de liberdade, foco do segundo capítulo, explora uma linha do tempo da construção e consolidação

das cotas raciais no Brasil, com ênfase no ensino superior público e nos concursos públicos. Lívia Vaz destaca o pioneirismo de universidades como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) que, em 2003, implementou um sistema de cotas para negros e pardos. A autora analisa e mostra como essas iniciativas locais influenciaram a formulação da Lei nº 12.711/2012, que instituiu a política de cotas nas instituições federais.

Além do marco legal, destaca-se o papel decisivo do movimento negro na formulação e defesa dessas políticas. As ações afirmativas foram conquistas da luta social e da mobilização coletiva, e não um “presente” do Estado. Ainda se analisa a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, com destaque para a ADPF 186, que declarou a constitucionalidade das cotas raciais na Universidade de Brasília (UnB), consolidando o entendimento de que tais medidas não violam o princípio da igualdade; pelo contrário, o realizam de forma substancial. A UnB foi pioneira, em 2004, ao implementar a reserva de 20% das vagas de ingresso para estudantes da população negra.

Ainda são apresentados dados empíricos que demonstram o sucesso da política de cotas: o aumento significativo da presença de estudantes negros e negras nas universidades públicas, seu desempenho acadêmico satisfatório e o impacto transformador em termos de representatividade e inclusão. Lívia Vaz combate o argumento de que as cotas diminuem o nível acadêmico, mostrando que essa visão ignora os múltiplos talentos e potências anteriormente excluídas por barreiras raciais invisíveis, porém eficazes no processo de manutenção de práticas excludentes.

O conceito, as características e os fundamentos das cotas raciais enquanto política pública também são explorados. As cotas raciais vão além da simples reserva de vagas para um grupo historicamente marginalizado: são ações afirmativas que buscam, por meio da reserva de vagas, garantir a presença negra em espaços de poder. A comunidade negra, considerada um grupo vulnerável e em situação de desvantagem social, poderia não conquistar os espaços almejados. No entanto, as ações afirmativas têm garantido a construção de narrativas potentes em defesa do direito à promoção da igualdade racial.

O Brasil foi um país escravocrata por mais de 300 anos e, mesmo após a abolição, a população negra continuou sendo excluída de muitos espaços, especialmente da educação. Por isso, pessoas negras ainda permanecem em situação de desvantagem social. As cotas raciais

surgem como resposta a esse cenário, buscando garantir que, mesmo diante de tantas desigualdades, negros, indígenas e quilombolas tenham a oportunidade de acessar o ensino superior.

Lívia Vaz também apresenta dados que mostram que, antes das cotas, a maioria dos estudantes universitários era composta por pessoas brancas e de classe média. Atualmente, com a política de cotas, percebe-se uma maior diversidade nas universidades, refletindo grupos historicamente marginalizados e aproximando mais a realidade universitária da verdadeira composição do povo brasileiro. E, ao contrário do que muitos pensam, esses estudantes têm bom desempenho e se destacam nos cursos que frequentam. Isso demonstra que a falta de acesso não se deve à falta de capacidade, mas sim à ausência de oportunidades.

Além disso, na realidade brasileira, a raça, especialmente quando fundamentada na antinegritude, atua como elemento estigmatizante, capaz de produzir hierarquias sociais que inferiorizam a população negra. Diante disso, a autora reforça que o Estado tem o dever de se posicionar como agente transformador, adotando políticas que promovam a igualdade racial de forma concreta, e não apenas formal. Outro ponto importante é que as cotas não são permanentes: foram concebidas como medida transitória, pensada para vigorar enquanto se fizerem necessárias. Se um dia desaparecer o cenário discriminatório que motivou sua criação, será legítimo repensar sua continuidade. Até lá, a intervenção do Estado não é apenas válida, mas essencial.

As ações afirmativas assim como os concursos públicos e as vagas nas instituições de ensino superior têm um papel que vai além do acesso. Elas contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, além de promoverem a ascensão social dos sujeitos. Como o texto aponta, igualdade só é possível quando as desigualdades são enfrentadas. Tratar todos da mesma forma, em uma sociedade desigual, apenas reforça a exclusão. Mais do que garantir igualdade material, essas políticas ampliam a autonomia de grupos historicamente excluídos, permitindo que ocupem os espaços que sempre lhes foram negados.

Em Cotas é esmola! A gente quer inteiro e não pela metade! a autora se debruça sobre os entraves à efetivação plena das cotas raciais, isto é, os limites e desafios das políticas públicas de ações afirmativas. Um dos principais problemas identificados é a fraude nas autodeclarações. Muitas pessoas brancas passaram a se autodeclarar negras para se beneficiar das cotas,

especialmente em concursos públicos, o que gerou uma demanda por mecanismos mais eficazes de controle, como as comissões de heteroidentificação.

Lívia Vaz defende esses mecanismos como instrumentos legítimos e necessários, desde que conduzidos com responsabilidade e critérios técnicos claros. Outro desafio apontado é a insuficiência de políticas de permanência estudantil. A entrada nas universidades, embora fundamental, não garante, por si só, a permanência e o sucesso dos estudantes cotistas. A ausência de suporte financeiro, psicológico e pedagógico compromete o potencial transformador da política. A autora sugere que as ações afirmativas devem ser pensadas de forma interseccional, levando em conta também gênero, classe social, deficiência e outros marcadores de desigualdade.

Além disso, alerta para o risco de retrocessos, especialmente diante de discursos que afirmam que “as cotas já cumpriram seu papel”. A autora sustenta que a desigualdade racial no Brasil continua latente e que o fim das cotas, antes de se alcançar a equidade real, seria um erro estratégico. E propõe, como alternativa, a ampliação da política para outros campos, como o setor privado, a mídia e o Judiciário, além da consolidação de mecanismos institucionais que garantam sua continuidade com transparência e legitimidade na implementação da política de cotas raciais.

Deste modo, podemos dizer que as cotas precisam ser utilizadas como ferramenta de democracia substantiva. *Cotas Raciais* é uma obra que combina densidade teórica, clareza argumentativa e compromisso ético com a justiça racial. Lívia Sant’Anna Vaz consegue, por meio de diversos pensamentos, análises e argumentos, mobilizar saberes do Direito, das Ciências Sociais e da militância antirracista para construir uma defesa sólida das cotas raciais como instrumento legítimo e necessário de transformação social. A autora ainda desmonta os principais argumentos contrários às cotas – o mérito, a “inversão do racismo”, a suposta vitimização – e mostra que a equidade racial não se alcança apenas com leis universais, mas com políticas focadas nas desigualdades específicas de grupos historicamente excluídos. Em vez de dividir a sociedade, as cotas buscam ampliar os horizontes de pertencimento e participação, contribuindo para uma democracia mais real e para a construção de sujeitos de direito.

Este livro é leitura indispensável para educadores, estudantes, juristas, gestores públicos

e todo cidadão comprometido com um Brasil plural, inclusivo e pautado pela justiça social, no sentido de garantir educação e oportunidades a todos como sujeitos de direito.

Referências

VAZ, Livia Sant'Anna. **Cotas raciais**. 1. ed. São Paulo: Jandaíra, 2022. (Coleção Feminismos Plurais).

Submissão em: 02/02/25

Aceito em: 12/06/25

Citações e referências
Conforme normas da:

